

AMANDA AMMAR RUOCCO

**PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990: RESULTADOS E
IMPACTOS NA ECONOMIA**

**Monografia apresentada como requisito
parcial para obtenção da graduação em
Ciências Econômicas, Setor de Ciências
Sociais Aplicadas, da Universidade
Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Luiz Vamberto de
Santana**

**CURITIBA
2008**

TERMO DE APROVAÇÃO

AMANDA AMMAR RUOCCO

**PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990: RESULTADOS E IMPACTOS
NA ECONOMIA**

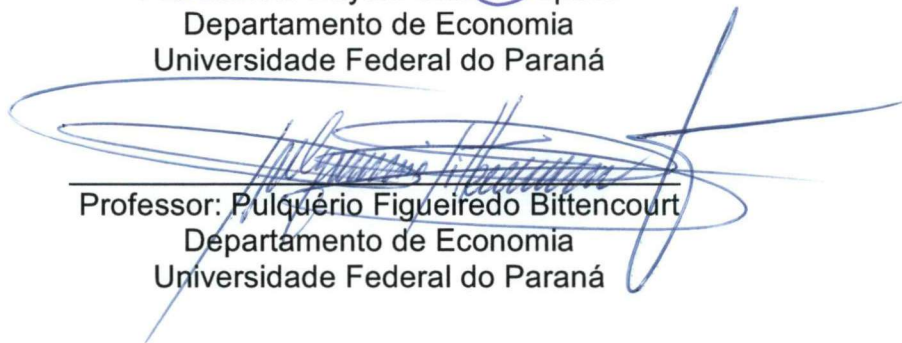
Monografia aprovada como requisito parcial para conclusão do curso de Ciências Econômicas, setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Professor: Luiz Vamberto de Santana
Departamento de Economia
Universidade Federal do Paraná
Orientador



Professora: Dayani Cris de Aquino
Departamento de Economia
Universidade Federal do Paraná



Professor: Pulquério Figueiredo Bittencourt
Departamento de Economia
Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	iii
LISTA DE TABELAS.....	iv
LISTA DE SIGLAS	v
RESUMO	vii
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 AS JUSTIFICATIVAS PARA A PRIVATIZAÇÃO	3
2.1 UM NOVO MODELO DE ESTADO.....	3
2.2 DÍVIDA PÚBLICA.....	6
3 DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO ADOTADO	8
3.1 DESEMPENHO DA ECONOMIA.....	8
3.2 OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS COM A PRIVATIZAÇÃO	8
3.3 AS TRÊS FASES DA PRIVATIZAÇÃO NA DÉCADA DE 1990.....	9
3.4 MOEDAS UTILIZADAS NAS PRIVATIZAÇÕES.....	10
4 RESULTADOS DA PRIVATIZAÇÃO	13
4.1 RECEITAS OBTIDAS COM A PRIVATIZAÇÃO	13
4.2 IMPACTOS MACROECONÔMICOS	15
4.2.1 Estados.....	15
4.2.2 Emprego	16
4.2.3 Mercado de Capitais.....	17
4.2.4 Dívida Pública	18
4.3 IMPACTOS MICROECONÔMICOS	20
4.3.1 Nível de Eficiência das Empresas.....	20
5 A PRIVATIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	25
5.1 PARTICIPAÇÃO NO PIB, EMPREGOS E INVESTIMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES APÓS A PRIVATIZAÇÃO.....	28
5.2 ALGUNS INDICADORES DE TELECOMUNICAÇÕES.....	30
5.4 TRIBUTAÇÃO.....	31
5.3 TARIFAS.....	33
6 CONCLUSÕES.....	34
7 REFERÊNCIAS	36

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO ANUAL DO RESULTADO DAS PRIVATIZAÇÕES EM U\$\$ BILHÕES	14
GRÁFICO 2 – PARTICIPAÇÃO SETORIAL NAS RECEITAS DE PRIVATIZAÇÃO .	14
GRÁFICO 3 – INVESTIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES DE 2000 A 2007.....	29
GRÁFICO 4 – TRIBUTAÇÃO DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES	31
GRÁFICO 5 – TRIBUTAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES NO MUNDO.....	32

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – CRIAÇÃO DE EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	4
TABELA 2 – RESULTADO DE VENDA POR INVESTIDOR NO PERÍODO 1990-94 EM U\$\$ MILHÕES	11
TABELA 3 – RESULTADO DE VENDA POR MOEDA UTILIZADA NO PERÍODO DE 1990-94 EM U\$\$ MILHÕES	11
TABELA 4 – RESULTADO GERAL DAS PRIVATIZAÇÕES NO PERÍODO 1990-05 EM U\$\$ BILHÕES	13
TABELA 5 – TOTAL DE DESESTATIZAÇÕES NO PERÍODO 1990-05	15
TABELA 6 – RESULTADOS DA PRIVATIZAÇÃO NO PERÍODO 1990-05 EM U\$\$ MILHÕES	15
TABELA 7 – ESTIMATIVAS DOS IMPACTOS DA PRIVATIZAÇÃO SOBRE A DLSP – 1995-1999 EM % DO PIB	18
TABELA 8 – RESULTADO DOS LEILÕES DE TELECOMUNICAÇÕES EM U\$\$ MILHÕES	27
TABELA 9 – INDICADORES DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES DE 1997 A 2007	30
TABELA 10 – TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE A RECEITA BRUTA	32

LISTA DE SIGLAS

ABEPREST – Associação Brasileira de Empresas de Soluções de Telecomunicações e Informática

ACEL – Associação Nacional das Operadoras Celulares

AÇOMINAS – Aços Minas Gerais

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

BACEN – Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo

CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

COPEL – Companhia Petroquímica do Sul

COSIPA – Companhia Siderúrgica Paulista

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DLSP – Dívida Líquida do Setor Público

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOSFÉRTIL – Fertilizantes Fosfatados

FUNTEL – Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações

FUST – Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

NFSP – Necessidades de Financiamento do Setor Público

PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S.A

PGO – Plano Geral de Outorgas

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

PND – Programa Nacional de Desestatização

PQU – Petroquímica União

ROA – *Return on Assets* – Retorno sobre Ativos

ROE – *Return on Equity* – Retorno sobre o Patrimônio

ROS – *Return on Sales* – Retorno sobre Vendas

USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estudar as privatizações realizadas no Brasil na década de 1990, período em que as privatizações tiveram seu auge e foram prioridade enquanto política econômica. De início serão apontadas as justificativas para se privatizar e os objetivos pretendidos. De posse dos resultados do programa de privatização adotado, será averiguado se tais objetivos foram alcançados e as mudanças ocorridas em âmbito macro e microeconômico. Ao final, antes das conclusões, como exemplo, será apresentada, resumidamente, a privatização do setor de telecomunicações.

Palavras chaves: privatização, privatização brasileira, privatização das telecomunicações.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, apesar de se iniciar na década de 1980, é a partir dos anos 1990 que o programa de privatização vai se tornar uma das prioridades da política econômica. Esse processo deve ser visto em um contexto de reformulação do papel do Estado na economia, onde o Estado produtor cede cada vez mais espaço para o Estado regulador (GIAMBIAGI e ALÉM, 2000).

Os principais objetivos a serem alcançados com as privatizações eram:

- reordenar a posição do Estado na economia;
- concentrar a administração pública nas atividades em que seja fundamental a presença do Estado, tais como saúde, educação, segurança pública, habitação;
- diminuir a dívida pública;
- aumentar a competição da economia;
- recuperar investimentos nas empresas que seriam transferidas ao setor privado;
- promover a abertura econômica e a entrada de capitais externos no país;
- desenvolver o mercado de capitais.

Foi implantado então, em 1990, através da Lei nº 8.031, o Programa Nacional de Desestatização (PND).

O processo de privatização brasileiro, ocorrido na década de 1990, pode ser dividido em três fases. A primeira, compreendendo o período de 1990 a 1992, no governo Collor, tinha como objetivo reformar o Estado, tirá-lo das atividades produtivas e focá-lo em suas atividades básicas, tais como saúde, educação, habitação. Durante a segunda fase, de 1992 a 1994, com o governo Itamar Franco, houve uma indefinição se o PND era ou não uma grande meta do governo, embora o valor e o número de privatizações tenham superado à primeira fase. Na terceira fase, a partir de 1995, já no governo Fernando Henrique Cardoso, foram privatizados volumes significativos de serviços públicos e infra-estrutura. Os grandes déficits em conta corrente e déficits fiscais foram os responsáveis por ampliar e acelerar o processo. Em 1998, o setor privado já controlava os setores de telecomunicações e de transportes, e de forma significativa o setor elétrico (MODIANO, 2000).

O intuito deste estudo é averiguar as privatizações realizadas no Brasil, na década de 1990, identificando as razões para tal, ou seja, suas justificativas, os objetivos pretendidos, e de que forma a economia brasileira como um todo foi atingida, tanto em âmbito macroeconômico, como microeconômico. Ao final do trabalho será apresentada a privatização do setor de telecomunicações brasileiro, dando ênfase aos cenários pré e pós privatização.

2 AS JUSTIFICATIVAS PARA A PRIVATIZAÇÃO

As principais contribuições para as privatizações realizadas no Brasil podem ser apresentadas pelas suas justificativas, ou seja, os motivos para se privatizar.

Segundo GIAMBIAGI e ALÉM (2000), a decisão de privatizar surge na maioria dos países como resposta à existência de um desajuste nas contas públicas. Como consequência da crise fiscal, a venda de ativos produtivos do Estado passou a ser vista como forma de viabilizar uma melhora da situação das finanças públicas: por um lado, os recursos gerados colaborariam para uma redução do estoque da dívida pública; por outro lado, a transferência de propriedade das empresas estatais representaria a redução da demanda por recursos fiscais, à medida que a operação das empresas e mesmo a ampliação de sua capacidade produtiva deixariam de ser responsabilidade do Estado.

Ainda o provável aumento da lucratividade e do faturamento das empresas privatizadas elevaria a arrecadação tributária, as dívidas das empresas privatizadas seriam transferidas ao setor privado, bem como a privatização poderia atrair grandes volumes de recursos externos (ANDREZO e LIMA, 2007).

Para FILHO e OLIVEIRA (1996), sendo a proposta de o governo manter a estabilidade de preços, a privatização de ativos públicos constitui a principal fonte de recursos não-inflacionários para financiamento do déficit público, pois além de complementar as receitas correntes com o resultado das vendas, o processo de privatização reduz as necessidades de financiamento do setor público (NFSP) em duas vertentes. Na primeira, diminui a necessidade de emissão de papéis (títulos ou moeda) para financiar gastos correntes. Na segunda, reduz a dívida em virtude da troca de títulos públicos por ações das empresas privatizadas.

2.1 UM NOVO MODELO DE ESTADO

No Brasil, desde o período colonial, o Estado teve participação direta na atividade econômica. Isso se tornou mais relevante nos governos de Getúlio Vargas, quando foram criadas a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em 1942, a Companhia Hidro Elétrica do São

Francisco (CHESF) em 1945, e a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) em 1953 (ANDREZO e LIMA, 2007).

TABELA 1 – CRIAÇÃO DE EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

PERÍODO	Nº DE EMPRESAS
Até 1930	25
De 1930 a 1940	08
De 1940 a 1950	33
De 1950 a 1960	49
De 1960 a 1970	153
De 1970 a 1980	215
De 1980 a 1990	15
TOTAL GERAL	498

FONTE: MENEZES e CINTRA (1996, citado por ANDREZO e LIMA 2007) ¹

Os governos militares criaram novas empresas e estatizaram empresas privadas mal administradas, com o objetivo de defender a segurança nacional e instalar no Brasil uma indústria diversificada. Isso justificava a participação do Estado em setores estratégicos e naqueles em que o investidor privado não tinha condições ou interesse de atuar, bem como justificava as restrições à participação de investidores estrangeiros. Porém, com o fim do milagre econômico e a deterioração das contas públicas, surgiram as primeiras manifestações públicas contrárias à excessiva participação do Estado em setores produtivos (ANDREZO e LIMA, 2007).

Nos países com forte tradição estatista, a transferência dos serviços da esfera pública para a iniciativa privada representa uma profunda redefinição dos limites destas esferas, com o Estado produtor cedendo vez ao Estado regulador.

Essa revisão do papel do Estado na economia também estava presente em diversos outros países desde os anos 1970, sendo que nos anos 1990, tornou-se um dos paradigmas da política neoliberal. A Europa Ocidental foi a pioneira, destacando-se a Inglaterra no Governo de Margaret Thatcher. De acordo com SERVA (2003), o caso inglês foi o de maior impacto e continua sendo considerado como a grande referência na história da privatização. A partir de 1979 até 1996, o

¹ MENEZES, P. L.; CINTRA, F. P. Privatização. *Cadernos de Direito Tributário e Finanças Públicas*. São Paulo, v. 4, nº 14, p.244, 1996.

Governo Thatcher (1979-1990) e seus sucessores implementaram um processo massivo de privatizações, retirando dezenas de empresas do patrimônio do Estado através de 59 ofertas públicas e 88 vendas de caráter privado. O empreendimento como um todo rendeu cerca de US\$ 120 bilhões e transformou o panorama da indústria britânica (Özkaya e Askari 1999, citado por SERVA 2003)². Entre 1988 e 1996, a Inglaterra foi responsável por 45% de todos os processos de privatização realizados no conjunto dos países industrializados, tornando-se internacionalmente reconhecida por sua expertise em privatização, sendo referência aos diversos países do mundo cujos governos buscavam equilibrar suas respectivas finanças públicas e redefinir o papel do Estado (SERVA, 2003).

De acordo com VELASCO JR. (1997), a maior participação do Estado na economia, através do exercício de funções regulatórias, não é incompatível com o Estado desenvolvimentista. Ao abandonar funções empresariais, relacionadas à produção de bens e serviços, o Estado estaria se capacitando para ter uma atuação mais seletiva e, portanto, mais eficaz. E, de maneira mais geral, pode-se situá-la como sendo também compatível com a abordagem, definida como social-democrata, de BRESSER PEREIRA, MARAVALL e PRZEWORSKI (1993) em que o novo papel regulatório do Estado faz parte do resultado de um programa de reformas que, a despeito de ser orientado para o mercado, objetiva a recuperação da capacidade de intervenção estatal.

A redefinição do papel do Estado, deixando de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, através da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento, consta explicitamente do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado e aprovado pelo Presidente da República, em novembro de 1995.

Para VELASCO JR. (1997), o surgimento e o desenvolvimento deste Estado regulador no Brasil ainda se vinculam fortemente à questão financeira do país e dos estados da Federação. A aceitação ou reforço da tese tende a basear-se

² ÖZKAYA, M.; ASKARI, H. Management in Newly Privatized Companies: Its Importance and How Little We Know. *World Development*, v. 27, n. 6, p. 1097-1114, 1999.

pragmaticamente nas necessidades de se arrecadar recursos, seja em âmbito federal ou estadual.

2.2 DÍVIDA PÚBLICA

De acordo com REZENDE (2006), no que se refere ao déficit público, este é medido de acordo com a Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), que corresponde ao conceito de déficit nominal (gastos totais menos despesas totais) apurado pelo critério acima da linha, no qual são explicitados os principais fluxos de receita e despesas. Com as privatizações, as NFSP são reduzidas.

Segundo REZENDE (2006) a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) é composta pela soma das dívidas interna e externa (governo central, estados, municípios e empresas estatais) do setor público junto ao setor privado, incluindo a base monetária e excluindo-se os ativos do setor público, tais como reservas internacionais, créditos com o setor privado e os valores das privatizações. Os recursos da privatização são utilizados para o abatimento da DLSP.

De acordo com REZENDE (2006), o cálculo das NFSP sob a ótica do financiamento, apuradas pelo Banco Central, pode ser descrito como:

$NFSP = \Delta DLSP = \Delta Mt + \Delta Dt + e(\Delta Ft - \Delta Rt)$, onde:

Mt = base monetária;

Dt = dívida interna contraída em moeda nacional;

e = taxa de câmbio;

Ft = dívida contraída em moeda externa; e

Rt = estoque de reservas estrangeiras.

O Banco Central do Brasil incorpora as receitas de privatização no abatimento da dívida líquida do setor público, independentemente da destinação que o governo dê para tais recursos. Caso o governo não utilize essas receitas para o abatimento da dívida, dando outra destinação a estes recursos, as necessidades de financiamento do setor público aumentam, pois as receitas de privatização no Brasil, seguindo recomendação do Fundo Monetário Internacional (FMI), não são apropriadas como receitas propriamente ditas e sim como fonte de financiamento. Há diminuição de ativo (empresa estatal), sem redução correspondente de passivo

(dívida pública). As receitas de privatização, assim, funcionam como um ajuste patrimonial, o que diminui a dívida líquida e, conseqüentemente, o pagamento de juros (FILHO, LIMA e PEREIRA, 1999).

3 DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO ADOTADO

O programa brasileiro de privatização foi realizado de três formas: em âmbito federal, através do Programa Nacional de Desestatização (PND), criado em 1990; programas similares em âmbito estadual, iniciados em 1996; e o programa de privatizações de telecomunicações, lançado em 1997, em nível federal, a parte do PND.

3.1 DESEMPENHO DA ECONOMIA

No início da década de 1990, o ambiente macroeconômico apresentava índices altíssimos de inflação, não havia acordo para a dívida externa, assim como não havia investimento estrangeiro direto. Com o fraco desempenho econômico apresentado pelo país, era necessário restringir os gastos públicos.

PINHEIRO e GIAMBIAGI (1999), citado por PINHEIRO (1999)³, sugerem que a grande motivação para que o país vencesse a inércia e ampliasse a privatização foi o mau desempenho da economia como um todo. De um lado, porque esse fato limitou os graus de liberdade do governo na condução de políticas intervencionistas, forçando-o a adotar estratégias de desenvolvimento mais orientadas para o mercado. De outro, porque esse mau desempenho aumentou a necessidade de controlar os gastos das estatais, em um momento em que essas empresas precisavam de massivos investimentos para aumentar a eficiência e a produção.

3.2 OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS COM A PRIVATIZAÇÃO

O artigo 1º da Lei 8.031/1990 que instituiu o PND expõe os principais objetivos do Programa:

³ PINHEIRO, A. C. e GIAMBIAGI, F. (1999). Os antecedentes macroeconômicos e a estrutura institucional da privatização no Brasil. In: PINHEIRO, A. C.; FUKASAKU, K. (Orgs) **A Privatização no Brasil, O caso dos serviços de utilidade pública**. Rio de Janeiro: BNDES-OCDE, 2000.

I - reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;

II - contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público;

III - permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;

IV - contribuir para modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia;

V - permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;

VI - contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa.

Para GIAMBIAGI e ALÉM (2000), tem-se enfatizado a venda dos ativos produtivos do setor público com o objetivo de geração de recursos para a redução do estoque da dívida pública. Outro fator é o impacto potencial do processo de privatização em termos de eficiência econômica do sistema. Espera-se que com a transferência de propriedade das empresas que sob o domínio estatal não tinham capacidade de expansão de sua capacidade produtiva para o setor privado – saneado financeiramente e com recursos disponíveis, este promova um aumento de investimentos na economia, principalmente, nos setores de infra-estrutura, cuja expansão da capacidade produtiva é essencial para a retomada de um crescimento sustentado a longo prazo.

3.3 AS TRÊS FASES DA PRIVATIZAÇÃO NA DÉCADA DE 1990

De acordo com MODIANO (2000), podem-se destacar três fases do processo de privatização brasileiro ocorrido na década de 1990.

A primeira fase, de 1990 a 1992, no governo Collor, quando o objetivo principal era o de reformar o Estado, tirá-lo das atividades produtivas e fazê-lo voltar às suas atividades básicas, ou seja, investimentos em educação, saúde, saneamento, habitação. Este foi o programa básico em que a principal justificativa era a reforma do Estado brasileiro. É também durante este governo em que é lançado o PND.

A segunda fase do programa, de 1992 a 1994, com o então presidente da república Itamar Franco, veio pela própria inércia e continuou, a despeito de uma certa indefinição se o programa de privatizações era ou não uma grande meta de governo, embora o valor e o número total das privatizações superaram os da primeira fase.

É a partir de 1995, até 2002, com o governo Fernando Henrique Cardoso que se inicia a terceira fase e que realmente a privatização dá o grande salto e começa a ser percebida como tendo um papel fundamental a desempenhar em todo o processo de estabilização. De fato, é quando se caminha para os serviços públicos, para a infra-estrutura, e os volumes da privatização começam a se tornar significativos macroeconomicamente.

Teve início uma nova fase no processo de privatizações em que os serviços públicos começaram a ser transferidos ao setor privado. Em 1995 foram aprovadas as reformas constitucionais que acabaram com os monopólios estatais de petróleo, gás e telecomunicações. Posteriormente foram incluídos no programa os setores elétrico e financeiro e as concessões de áreas de transporte, rodovias, saneamento, portos e telecomunicações.

A maior privatização realizada foi a do Sistema Telebrás, em 1998, fora do âmbito do PND e atraiu investidores de todo o mundo. A ação da Telebrás era a ação mais líquida da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA. Em 1997, foi a ação estrangeira mais negociada na Bolsa de Valores de Nova York, com um volume de U\$\$ 21,70 bilhões (ANDREZO e LIMA, 2007).

3.4 MOEDAS UTILIZADAS NAS PRIVATIZAÇÕES

No período de 1990 a 1994, os títulos representativos da dívida pública federal, chamados de “moedas de privatização”, foram muito utilizados como meio de pagamento em decorrência da prioridade dada pelo Governo ao ajuste fiscal. Essas moedas representaram 81% da receita obtida com as vendas das empresas, no âmbito do PND, no período.

Quanto à origem do capital, confirmou-se que a participação do capital estrangeiro foi restrita nas privatizações até o final do Governo Itamar Franco. Esse aporte diminuto deveu-se à regulamentação restritiva do PND daquela época que

determinava um desconto de 25% sobre o valor de face dos títulos da dívida externa, a limitação da parcela estrangeira a um máximo de 40% do capital das empresas vendidas e a imposição de um prazo mínimo para a repatriação do investimento (JUNIOR e RIBEIRO, 2002).

TABELA 2 – RESULTADO DE VENDA POR INVESTIDOR NO PERÍODO 1990-94 EM U\$\$ MILHÕES

TIPO DE INVESTIDOR	RECEITA DE VENDA	%
Empresas nacionais	3.116	36%
Instituições financeiras	2.200	25%
Pessoas físicas	1.701	20%
Fundos de pensão	1.193	14%
Investidor estrangeiro	398	5%
TOTAL	8.608	100%

FONTE: BNDES. Privatização no Brasil, 1990-1994; 1995-2002.

As moedas aceitas foram: Dívidas Securitizadas, Debêntures da Siderbrás, Certificados de Privatização, Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Títulos da Dívida Agrária e Letras Hipotecárias da Caixa Econômica Federal.

TABELA 3 – RESULTADO DE VENDA POR MOEDA UTILIZADA NO PERÍODO DE 1990-94 EM U\$\$ MILHÕES

TIPO DA MOEDA	RECEITA DE VENDA	%
Dívidas Securitizadas – Débitos Internos do Governo	2.780	32%
Debêntures Siderbrás	1.352	16%
Certificados de Privatização	1.282	15%
Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento	624	7%
Títulos da Dívida Agrária	566	7%
Letras Hipotecárias da CEF	301	3%
Créditos e Títulos da Dívida Externa	69	1%
Total Títulos	6.974	81%
Moeda Corrente	1.634	19%
TOTAL	8.608	100%

FONTE: BNDES. Privatização no Brasil, 1990-1994; 1995-2002.

No período de 1995 a 2002 constatou-se redução da utilização de moedas de privatização e aumento do ingresso de moeda corrente nacional, que passou a representar 95% do total arrecadado nos leilões de privatização, e apenas 5% de moedas de privatização.

A participação do capital estrangeiro foi bastante significativa no período 1995-2002, atingindo 53% do total arrecadado com todas as desestatizações realizadas no Brasil.

As empresas nacionais responderam por 26% da receita, cabendo 7% às entidades do setor financeiro nacional, 8% às pessoas físicas e 6% às entidades de previdência privada.

Em 2000, com a venda de ações da Petrobrás, o Governo aceitou, pela primeira vez, recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) como moeda de privatização, de modo a permitir a pulverização das ações entre os trabalhadores. O volume de recursos do FGTS mobilizado alcançou o valor de U\$\$ 898 milhões, correspondendo a 312.194 contas de trabalhadores. O mesmo foi feito em 2002, com a Companhia Vale do Rio Doce, quando o volume de vendas utilizando estes recursos foi de U\$\$ 428 milhões, correspondendo a 729.078 contas de trabalhadores (ANDREZO e LIMA, 2007).

4 RESULTADOS DA PRIVATIZAÇÃO

4.1 RECEITAS OBTIDAS COM A PRIVATIZAÇÃO

O resultado geral das privatizações realizadas no Brasil no período 1990-2005 atinge US\$ 105,8 bilhões distribuídos no âmbito federal e estadual, como pode ser visto na tabela a seguir. As privatizações federais englobaram as desestatizações ao abrigo da Lei nº 9.491 de 09/09/199, que revoga a Lei nº 8.031/1990, e no âmbito da Lei Geral de Telecomunicações – Lei 9.472, de 16/07/1997.

O PND, no período 1990-2005, conforme dados do BNDES, obteve uma receita equivalente a US\$ 30,8 bilhões com a venda de empresas, com a alienação de participações minoritárias e com licitações de concessões. Esse valor, acrescido do valor da dívida transferida ao setor privado, de cerca US\$ 9,2 bilhões, representa um resultado total para o PND da ordem de US\$ 40 bilhões.

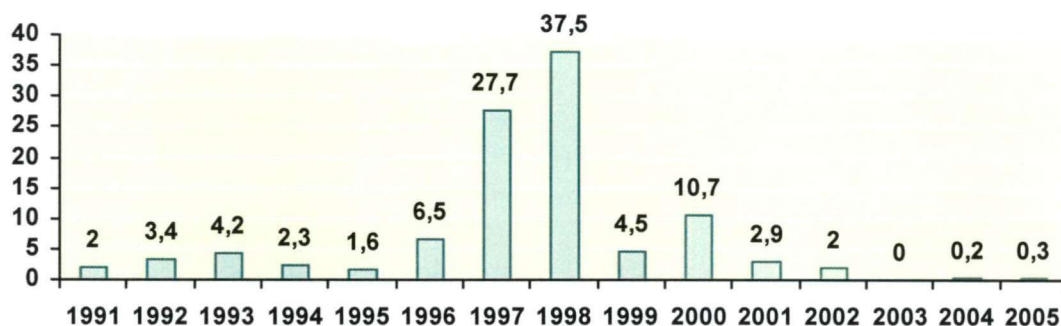
O resultado total inclui a receita de venda e as dívidas transferidas ao comprador.

TABELA 4 – RESULTADO GERAL DAS PRIVATIZAÇÕES NO PERÍODO 1990-05 EM US\$ BILHÕES

PROGRAMA	RECEITA DE VENDA	DÍVIDAS TRANSFERIDAS	RESULTADO TOTAL
Privatizações Federais	59,8	11,3	71,1
PND	30,8	9,2	40,0
Empresas de telecomunicações	29,0	2,1	31,1
Privatizações Estaduais	28,0	6,7	34,7
TOTAL	87,8	18,0	105,8

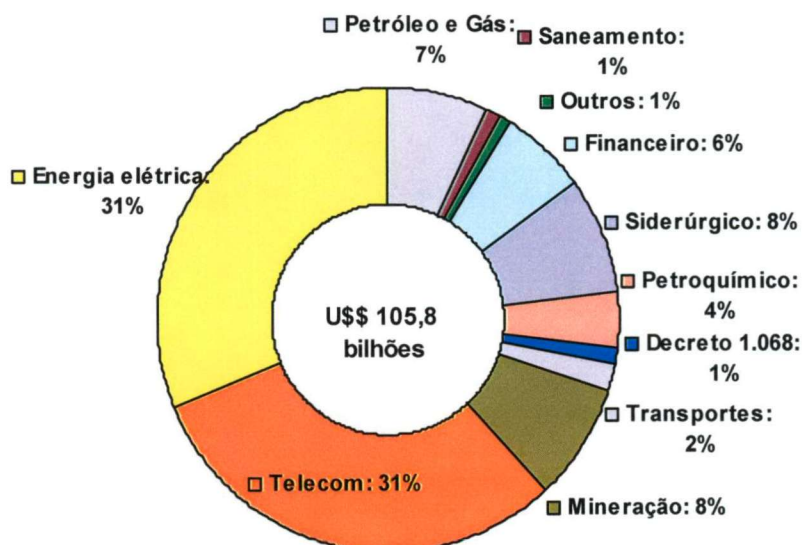
FONTE: BNDES. PND: Relatório de Atividades 2005.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO ANUAL DO RESULTADO DAS PRIVATIZAÇÕES EM U\$\$ BILHÕES



FONTE: BNDES. Privatização no Brasil, 1990-1994; 1995-2002.

GRÁFICO 2 – PARTICIPAÇÃO SETORIAL NAS RECEITAS DE PRIVATIZAÇÃO



FONTE: BNDES. Privatização no Brasil, 1990-1994; 1995-2002.

Durante o período 1990/2005, foram realizadas, no âmbito do PND, 71 desestatizações, referentes aos setores siderúrgico, químico e petroquímico, fertilizantes, elétrico, ferroviário, mineração, portuário, financeiro, petrolífero e outros, conforme as tabelas a seguir:

TABELA 5 – TOTAL DE DESESTATIZAÇÕES NO PERÍODO 1990-05

Empresas controladas	31
Participações minoritárias	26
Concessões	7
Arrendamentos	7
TOTAL	71

FONTE: BNDES. PND: Relatório de Atividades 2005.

TABELA 6 – RESULTADOS DA PRIVATIZAÇÃO NO PERÍODO 1990-05 EM U\$\$ MILHÕES

SETORES	NÚMERO DE DESESTATIZAÇÕES	RECEITA DE VENDA	DÍVIDA TRANSFERIDA	RESULTADO TOTAL
Siderurgia	8	5.561,5	2.626,3	8.187,8
Petroquímica	27	2.698,5	1.002,7	3.701,2
Fertilizantes	5	418,2	75,3	493,5
Energia elétrica	3	3.908,2	1.669,9	5.578,1
Ferrovário	7	1.696,9	-	1.696,9
Mineração	2	5.201,8	3.558,8	8.760,6
Portuário	7	420,8	-	420,8
Financeiro	6	4.515,1	-	4.515,1
Petróleo e Gás	1	4.840,3	-	4.840,3
Outros	5	393,5	268,4	661,9
Subtotal	-	29.654,8	9.201,4	38.856,2
Decreto 1.068	-	1.168,8	-	1.168,8
Total	71	30.823,6	9.201,4	40.025,0

FONTE: BNDES. PND: Relatório de Atividades 2005.

4.2 IMPACTOS MACROECONÔMICOS

Segundo ANUATTI-NETO *et al* (2003), de todos os fatores que contribuíram para expandir a privatização no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, o mais importante foi o papel desempenhado pela privatização na sustentação de seu programa de estabilização, o Plano Real. Com as grandes vendas de 1997-1998, o Brasil atraiu volumes expressivos de investimento estrangeiro direto, que ajudaram a financiar o alto déficit nas contas correntes do país na época: no período 1997-2000, o índice entre as entradas desses investimentos associadas à privatização e o déficit nas contas correntes foi em média quase 25%.

4.2.1 Estados

A política fiscal dos estados brasileiros também contribuiu para o aumento da dívida e do déficit fiscal no período de 1994 a 1997, mas foi a partir de 1998 que o tamanho da dívida, levando em consideração o apertado orçamento do setor

público, começou a causar desconforto no mercado financeiro, e o desequilíbrio externo continuava deteriorado. Os estados tiveram suas dívidas transferidas ao governo federal, que usufruíam de taxas de juros mais favoráveis (ANUATTI-NETO *et al*, 2003).

Para PINHEIRO (2000), os estados viam na privatização uma importante fonte de financiamento, que lhes permitiria reduzir sua dívida e, em alguns casos, expandir os gastos.

Além disso, nos contratos de reestruturação da dívida dos estados, o governo federal incluiu cláusulas que os obrigavam a amortizar parte do principal, o que só poderia ser obtido com a venda de seus ativos, isto é, com a privatização. Um estímulo adicional foi fornecido pelos contratos dos estados com o BNDES, o que possibilitou a tomada de empréstimos à conta da receita futura das privatizações (PINHEIRO, 2000).

4.2.2 Emprego

De acordo com ANUATTI-NETO *et al* (2003), uma deficiência nas estatísticas brasileiras é que não há dados compreensivos, fidedignos e unificados sobre o número de empregados das empresas privatizadas antes e depois de sua venda. As companhias possuem estes dados apenas em relatórios internos, que não são divulgados. Mesmo quando estes dados são disponíveis, a análise é limitada por outras razões. No Brasil, há fortes incentivos a terceirização de mão-de-obra, em que são contratados principalmente serviços de segurança, limpeza, manutenção, dentre outros. A contratação de terceiros reduz custos com a mão-de-obra, uma vez que as empresas que prestam estes serviços são pequenas e pagam baixos salários. Assim, a redução de empregos nas empresas não significa necessariamente uma redução de empregos gerados pela sua atividade ao longo da cadeia produtiva.

Para JUNIOR e RIBEIRO (2002), a questão de se a privatização diminui empregos ainda não está resolvida. A resposta está baseada em se as vendas aumentam mais do que a produtividade nas empresas privatizadas. Muitos estudos concluem que o emprego nessas empresas normalmente diminui, embora alguns estudos com grandes amostras documentam um aumento do números de

empregos. O que está claro é que quando o emprego diminui este é compensado por uma grande melhora no desempenho da empresa. Vários estudos também apontam a importância de trazer um novo corpo gerenciador às empresas privatizadas de forma a se obter melhoras no desempenho.

4.2.3 Mercado de Capitais

Segundo ANUATTI-NETO *et al*, 2003, os benefícios em relação ao mercado de capitais também seriam melhores se o governo tivesse aproveitado a privatização para democratizar a posse de capital. Um fator negativo da privatização no mercado de capitais foi a redução dos direitos dos acionistas minoritários, causando assim, um certo atraso no desenvolvimento destes mercados.

Essas restrições nos direitos dos acionistas minoritários ocorreram em 1997, através da Lei nº 9.457, que modificou a Lei do Mercado de Valores Mobiliários, e a Lei das Sociedades por Ações. Dentre as mudanças, o *tag along*, que ocorre quando há transferência de controle, é o direito de os acionistas minoritários permanecerem na companhia, mediante pagamento de prêmio equivalente à diferença entre o valor de mercado das ações e aquele pago por ação integrante do bloco de controle, deixava de ser exigido (ANDREZZO e LIMA, 2007).

No entanto, em 2001, essa Lei é reformulada e revogada pela Lei nº 10.303, que, dentre outros objetivos, tinha o intuito de fortalecer o mercado de capitais e promover sua democratização, valorizando os acionistas minoritários, que tiveram seus direitos restringidos na reforma de 1997.

Dentre as reformas no mercado de capitais brasileiro, destaca-se a liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para a compra de ações, permitindo a pulverização das ações entre os trabalhadores. Conforme já citado anteriormente, em 2000, com a venda de ações da Petrobrás, foram arrecadados U\$\$ 898 milhões, correspondendo a 312.194 contas de trabalhadores. Em 2002, o mesmo foi feito com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), quando o volume de vendas utilizando estes recursos foi de U\$\$ 428 milhões, correspondendo a 729.078 contas de trabalhadores (ANDREZZO e LIMA, 2007).

4.2.4 Dívida Pública

A privatização também foi uma forma de evitar uma explosão da dívida pública, apesar do crescente déficit fiscal divulgado desde 1995. CARVALHO (2001) mostra que se supondo a ausência de privatização, há um aumento da DLSP em 8,4% do PIB ao final de 1999. Esse percentual representa R\$ 87,8 bilhões, a preços de dezembro de 1999.

O estoque da DLSP seria de 58,1% do PIB sem a privatização, contra 49,7% do PIB, com privatização no final do mesmo ano, conforme a tabela a seguir:

TABELA 7 – ESTIMATIVAS DOS IMPACTOS DA PRIVATIZAÇÃO SOBRE A DLSP – 1995-1999 EM % DO PIB

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP)	1995	1996	1997	1998	1999
Com Privatização (A)	27,86	34,35	35,16	43,41	49,68
Sem Privatização (B)	27,82	34,71	36,74	48,72	58,08
Diferenças (B - A)	-0,04	0,37	1,58	5,30	8,40

FONTE: CARVALHO (2001)

De acordo com ANUATTI-NETO *et al* (2003), o programa de privatizações não cumpriu seu objetivo de reduzir a dívida pública. Pelo contrário, as despesas públicas aumentaram mais do que a compensação pelo fluxo de recursos obtidos através dos leilões de privatização. Nos anos de 1997 e 1998, quando o programa de privatizações alcançou seu auge e atraiu substancial investimento estrangeiro, as receitas da privatização foram as maiores financiadoras do déficit em conta corrente. Ainda que este seja considerado um fator positivo, isto também contribuiu para o adiamento da desvalorização da moeda brasileira, o real. Essa desvalorização, ocorrida no início de 1999, foi após a privatização das telecomunicações em 1998, em que a presença de investimentos estrangeiros diretos foram bastante fortes. Estes investimentos eram vistos pelo mercado como um sinal de que o governo conseguiria manter a supervalorização do real. Porém, assim que o programa de privatizações começou a estacionar, a desvalorização ocorreu antes do esperado.

Bilhões de reais têm sido arrecadados pelo setor público desde o início do PND, com a transferência de inúmeras empresas para o setor privado. Mas, apesar do direcionamento de um volume expressivo de receitas de privatização para o

resgate de dívida pública, verifica-se que a DLSP tem apresentado uma alta taxa de crescimento desde 1994.

Em dezembro de 1994, a DLSP representava 30,01% do PIB, sendo 21,32% e 8,69% correspondentes à dívida interna e externa, respectivamente. Em dezembro de 1998, aquele valor cresceu para 38,94% do PIB (33,17% relativo à dívida interna e 5,77% à externa) e, em dezembro de 1999, atingiu 44,53% do PIB (35,15% relativo à dívida interna e 9,38% à externa), de acordo com dados do Banco Central do Brasil (BACEN). A partir de 1999, no âmbito do acordo do Brasil com o FMI, o país se comprometeu a promover um ajuste fiscal, de forma a baixar a dívida líquida e mantê-la em trajetória sustentável.

Para CARVALHO (2001), contribuíram para o aumento da DLSP fatores internos e externos, que afetaram principalmente a dívida pública interna. Os desequilíbrios fiscais — concentrados, sobretudo, nos estados e municípios —, os efeitos sobre a dívida mobiliária federal dos acordos de renegociação das dívidas dessas esferas de governo com a União [Leis 8.727/93, 9.496/97 e Programa de Reestruturação dos Bancos Estaduais (Proes)], as altas taxas de juros e a desvalorização cambial podem ser apontadas como os principais fatores internos de crescimento da DLSP no período 1995-1999. O reconhecimento de esqueletos — dívidas do passado e que já produziram efeitos macroeconômicos — também contribuiu para o aumento do estoque total da dívida líquida.

A esses fatos somam-se os três choques externos, sejam eles: a crise do México (janeiro a março de 1995), a crise da Ásia (novembro de 1997) e a crise da Rússia (setembro de 1998), que contribuíram para elevar as taxas de juros incidentes sobre a dívida pública interna, no período 1995-1998, elevando o custo de rolagem e o estoque da dívida nos períodos seguintes (CARVALHO, 2001). Segundo dados do BACEN, a taxa Selic atingiu 4,26% em abril de 1995, 3,04% em novembro de 1997 e 2,63 em novembro de 1998, respectivamente, em função dos referidos choques. Em março de 1999, a mesma taxa Selic situou-se em 3,33%, como resultado da desvalorização cambial em janeiro desse ano.

Em suma, as receitas de privatização, quando utilizadas para abater dívida pública, apresentam impacto fiscal positivo. Contudo, apesar de contribuírem para amortecer o crescimento da dívida pública, tais receitas são transitórias. Assim, a privatização deve ser encarada como um instrumento auxiliar das políticas fiscal e

econômica. O objetivo de equilíbrio duradouro das finanças públicas deve ser buscado com uma postura de disciplina fiscal permanente. Caso o governo privatize suas empresas e não promova um esforço continuado de ajuste em suas contas, certamente haverá problemas de sustentabilidade na relação dívida/PIB no futuro. Além disso, medidas que estimulem um maior crescimento econômico possibilitam a queda dessa relação e aumentam o impacto fiscal da privatização (CARVALHO, 2001).

Conclui-se que o considerável volume de privatizações não impediu o crescimento da dívida pública, em razão do reconhecimento de dívidas do passado, que superaram as receitas de privatização, e do aumento do pagamento de juros nominais, em decorrência da elevação das taxas.

Esse resultado contrasta com a maior parte das análises de meados dos anos 1990, que esperavam que as receitas de privatização garantissem a transição entre a situação de dificuldades fiscais de então e a implementação das reformas constitucionais, sem permitir que a dívida pública, como proporção do PIB, se elevasse muito. O que não se esperava, entretanto, era o aparecimento de tantos esqueletos, ou seja, passivos explicitados do governo federal, que mais que superaram as receitas de privatização, e com juros tão elevados praticados no período para defender a política cambial vigente (FILHO, LIMA E PEREIRA, 1999).

4.3 IMPACTOS MICROECONÔMICOS

4.3.1 Nível de Eficiência das Empresas

De acordo com o estudo realizado por LIMA (1997), no qual o autor verifica a relação entre privatização e desempenho econômico, medindo o nível de eficiência das empresas privatizadas, obtendo os seguintes resultados: nas privatizações ocorridas na década de 1990, todos os indicadores foram significativos estatisticamente, destacando-se, do ponto de vista econômico, os seguintes fatos: a diminuição do número de empregados (-40,2%); o aumento da produção por empregado (+70%), do patrimônio líquido (+208%), do investimento (+432%), do investimento sobre as vendas (+301%) e do investimento sobre o imobilizado (+138%). O resultado, para o conjunto das empresas privatizadas (décadas de 80 e

90), revelou-se estatisticamente significativo para todas as variáveis, exceto a liquidez corrente.

Com exceção do lucro líquido, todos os demais indicadores econômicos melhoraram sensivelmente, com destaque para o crescimento dos investimentos, do investimento sobre as vendas e do investimento sobre o imobilizado.

Neste estudo, LIMA analisou uma amostra com dez empresas privatizadas na década de 1990, e que passaram a figurar na lista das 500 maiores empresas privadas do país, após a privatização. Enquadraram-se nesse caso a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), a Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), a ACESITA (empresa siderúrgica), a Aços Minas Gerais (AÇOMINAS), a Companhia Petroquímica do Sul (COPE SUL), a Petroquímica União (PQU), a PETROFLEX (empresa petroquímica) e a Fertilizantes Fosfatados (FOSFÉRTIL).

Na metodologia utilizou-se a média dos indicadores de três até cinco anos antes da privatização, e de dois até quatro anos após a privatização, para efeitos de comparação.

Os indicadores escolhidos foram os que tradicionalmente avaliam a performance de empresas, tais como: vendas, patrimônio líquido, endividamento, ativos, empregados, lucro líquido, retorno sobre as vendas (ROS), retorno sobre o patrimônio (ROE), retorno sobre os ativos (ROA), vendas por empregado e ativos por empregado.

Por último, verificaram-se os mesmos indicadores para o conjunto das quinhentas maiores empresas privadas, com o intuito de avaliar se as alterações de performance foram exclusivas das empresas privatizadas ou se foi um movimento generalizado na economia.

Para as empresas privatizadas, os indicadores de desempenho, observados agregadamente, melhoraram sensivelmente. A volta dos lucros permitiu que os retornos sobre as vendas, sobre o patrimônio líquido e sobre os ativos se tornassem positivos; a diminuição do número de empregados (-28%) possibilitou que a eficiência interna, medida pelas relação de vendas por empregado, ativos por empregado e vendas por ativo, também melhorassem: +145%, +66%, +26%, respectivamente.

Quando se analisa cada empresa individualmente, nota-se que a maior parte também teve os indicadores melhorados, mas algumas particularidades importantes aparecem.

A melhora dos indicadores de performance também ocorreu entre as quinhentas maiores empresas privadas do país, no período analisado, contudo, menos intensamente do que na amostra deste estudo.

É preciso notar que a liberalização de preços e a reestruturação das empresas, antes da privatização, também foram importantes para a melhoria do desempenho. Nas empresas do setor siderúrgico, por exemplo, enquanto o faturamento aumentou 55,3% entre 1992 e 1994, a produção expandiu-se 5,7% (BNDES, 1995), o que indica que o aumento de preços foi significativo no período imediatamente posterior à privatização.

A conclusão do estudo realizado com as dez empresas analisadas por LIMA sugere que a mudança da estrutura de propriedade, de fato, tem um papel importante para melhorar a performance econômica das empresas, ainda que em alguns outros estudos realizados (em número não desprezível) tenham sido favoráveis à empresa estatal ou indiferentes.

Uma característica importante se extrai da evidência empírica: quando a empresa atua em uma estrutura de mercado pouco competitiva, a conclusão de que a empresa privada é mais eficiente é mais difícil de se alcançar. É o caso das evidências empíricas listadas por BOARDMAN e VINING (1989, citado por LIMA 1997)⁴, e também por VICKERS e YARROW (1991, citado por LIMA 1997)⁵. Nesse caso, o resultado é ambíguo, com ligeira vantagem para a empresa privada.

Quando se trata de empresas que atuam em estruturas de mercado competitivas, a evidência favorável à empresa privada é mais nítida. Os estudos citados por LIMA (1997) sejam eles: YARROW (1986)⁶, BOARDMAN e VINING

⁴ BOARDMAN, A. E.; VINING, A. R. Ownership and performance in competitive environments: a comparison of the performance of private, mixed and state-owned enterprises. *Journal of Law and Economics*, n.32, 1989.

⁵ VICKERS, J.; YARROW, G. Economic perspectives on privatization. *Journal of Economic Perspectives*, n.5, p. 111-32, Spring 1991.

⁶ YARROW, G. Privatization in theory and practice. *Economic Policy*, n.2, 1986.

(1989)⁷, MEGGISSON *et al* (1994)⁸, PINHEIRO (1996)⁹, bem como este elaborado por LIMA (1997) vão nessa direção.

Outro estudo elaborado por ANUATTI-NETO *et al* (2003), teve como foco apenas as mudanças na performance das empresas que foram privatizadas no Brasil a partir de 1991, e o estudo confirmou, como já se esperava previamente, que as empresas tomam-se mais eficientes após a privatização. Todas as empresas cujos dados encontraram-se disponíveis foram listadas no estudo. Os dados utilizados são mais atualizados, estendendo-se até o ano 2000. Toda a análise de performance das empresas, antes e após a privatização, foi feita em comparação ao setor privado.

Além do aumento da eficiência, o estudo identificou outras fontes de ganhos/lucros pelas empresas privatizadas, através da redução dos empregos diretos e do aumento dos preços.

Em geral, os resultados indicaram um aumento na lucratividade das empresas privatizadas. Considerando a receita operacional sobre o imobilizado, o retorno sobre ativos (ROA), e o retorno sobre patrimônio (ROE) a performance após a privatização melhorou consideravelmente.

Os resultados sugerem fortemente uma melhora na eficiência, ou seja, empresas privatizadas tornam-se mais eficientes no uso de seus ativos e recursos. Foram observados um aumento nas vendas e uma redução nos custos operacionais de vendas.

Segundo os autores, a melhora de performance das empresas privatizadas pode ser vista como um benefício, pois contribui para a eficiência da economia como um todo.

JUNIOR e RIBEIRO (2002) também estudaram os indicadores financeiros de empresas privatizadas. A amostra do estudo foi composta por empresas constituídas na forma de sociedades anônimas federais e estaduais dos mais diversos setores da economia, nas quais o governo tinha participação majoritária, privatizadas no Brasil

⁷ Ver nota 6 na página anterior.

⁸ MEGGINSON, W. L.; NASH, R. C.; RANDENBORGH, M. VAN. The financial and operating performance of newly privatized firms: an international empirical analysis. *Journal of Finance*, v.49, n.2, p. 403-52, 1994.

⁹ PINHEIRO, A. C. *No que deu, afinal, a privatização?* BNDES, 1996.

após a criação do PND, em 1991, até dezembro de 1998, de forma que se tivessem ao menos três balanços anuais no período pós-privatização. Assim foi possível uma comparação entre os dois períodos, o pré e o pós-privatização. Os demonstrativos financeiros foram obtidos no banco de dados da empresa Economática Ltda, bem como nos arquivos da publicação Maiores e Melhores da revista Exame.

Depois de realizados todos os testes com essa amostra de empresas, pode-se concluir que há fortes indícios estatísticos de um real aprimoramento destas empresas quanto à rentabilidade e eficiência operacional, devido à privatização, o que correspondeu às expectativas, uma vez que o novo caráter privado dessas empresas sugere um maior empenho em aprimorar quesitos como estes.

Outro ponto que merece destaque, foi que apesar da melhora da eficiência operacional observada, não se evidenciou estatisticamente uma efetiva diminuição no número de empregados, o que se mostrou como surpresa, contrariando suposições anteriores à pesquisa.

Quanto aos dividendos pagos por estas empresas, os autores tiveram outra grande surpresa, já que se esperava que a partir de um caráter privado estas empresas tenderiam a uma política mais agressiva quanto à distribuição de dividendos, o que não pode ser observado na prática.

5 A PRIVATIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES

De acordo com CARNEIRO e BORGES (2002), até a criação da Telebrás pelo governo brasileiro, em 1972, o sistema de telecomunicações no país operava em condições abaixo do necessário, oferecendo serviços de qualidade insuficiente para a demanda, sem perspectiva de melhora imediata e, mesmo assim, apenas para uma percentagem determinada de usuários. Os governos federal, estaduais e municipais podiam oferecer qualquer dos diferentes serviços de telecomunicações, sem controles sobre tarifas e sem qualquer ligação entre as companhias.

Na criação da Telebrás foram absorvidas todas as 27 companhias estaduais, que formaram os ativos do Sistema Telebrás, ficando de fora apenas poucas companhias, que já eram privadas, em áreas menos estratégicas do país.

Para CARNEIRO e BORGES (2002), a criação da Telebrás representou um enorme progresso nos serviços de telecomunicações no país, operando inúmeras mudanças estruturais até a metade da década de 80. Durante a década, no entanto, com a capacidade do governo brasileiro para novos investimentos quase exaurida, em um contexto de altas taxas de inflação e pesadas dívidas interna e externa, tornou-se difícil a realização dos investimentos necessários pela Telebrás.

Antes da privatização, segundo CARNEIRO e BORGES (2002), o quadro das telecomunicações poderia ser assim descrito:

- falta de amplo acesso a telefones sem fio, especialmente nas regiões onde as pessoas não podiam arcar com os altos preços para comprá-los ou alugá-los, disponíveis somente no mercado paralelo;
- planos de expansão desacreditados, com linhas já pagas e não recebidas pelos subscritores;
- preços por linhas de telefones fixos que chegaram, em alguns casos, a R\$ 5 mil;
- longos períodos de espera de reparos para as poucas linhas existentes;
- longo tempo para completar uma chamada;
- em áreas rurais ou de periferia urbana, grande dificuldade de encontrar um telefone público funcionando; e

- linhas de telefone sem fio só disponíveis para famílias com renda elevada, por preços em torno de R\$ 4,5 mil.

Em 1998, antes da privatização, foi lançado o Plano Geral de Outorgas (PGO), que definiu os parâmetros gerais para a competição e as novas regras para a abertura do mercado de telecomunicações, incluindo as diferentes áreas geográficas para a exploração dos novos serviços.

O Plano Geral de Outorgas definiu quatro regiões de atuação para a telefonia fixa. A região I englobou os estados do Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. A região II, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Distrito Federal, Rondônia e Acre. A região III é formada apenas por São Paulo. A região IV, enfim, englobou todo o território nacional, para serviços de telefonia interurbana e internacional.

Em relação à cisão do capital, decidiu-se pela subdivisão da holding Telebrás em 12 novas sociedades anônimas, sendo 3 de telefonia fixa local (Tele Norte Leste, Tele Centro Sul e Telesp), 1 de telefonia de longa distância (Embratel) e 8 de telefonia celular (Telesp Celular, Telemig Celular, Tele Celular Sul, Tele Centro Oeste Celular, Tele Norte Celular, Tele Nordeste Celular, Tele Sudeste Celular e Tele Leste Celular), compatível com as regiões de atuação no Plano Geral de Outorgas.

Tal decisão refletia um compromisso entre a necessidade de maximizar as receitas provenientes da privatização do sistema e a preocupação em evitar a implantação de um monopólio privado de fato, o que dificultaria a ação posterior do órgão regulador, que viria a ser a ANATEL (LINS, 2000).

Para LINS (2000), os eventos mais importantes do cronograma da privatização do setor foram representados pelos atos legais descritos abaixo:

- Emenda Constitucional nº 8, em agosto de 1995 (quebra do monopólio público em telecomunicações);
- Lei Mínima, em julho de 1996 (cria a base da competição na Banda B);

- concessões de operação de telefonia celular na Banda B em 1996 (venda de direitos e frequências estatais às novas empresas privadas que explorem os novos serviços sem fio);
- aprovação da Lei Geral de Telecomunicações, em julho de 1997 (documento que embasa a reestruturação do setor);
- criação da agência nacional reguladora do setor (Anatel) em 1997;
- remodelação do Sistema Telebrás em 1997 (cisão em áreas);
- criação dos programas de universalização e de qualidade para o setor; e
- privatização das empresas resultantes da cisão da Telebrás em 29 de julho de 1998.

A tabela abaixo ilustra os resultados dos leilões do setor de telecomunicações:

TABELA 8 – RESULTADO DOS LEILÕES DE TELECOMUNICAÇÕES EM US\$ MILHÕES

EMPRESAS/CONCESSÕES	RÉCEITA DE VENDA
Empresas Federais de Telecomunicações	19.237
- Telefonia Fixa e serviços de longa distância	11.970
- Telefonia Celular – Banda A	6.974
- Oferta aos empregados	293
Concessões	9.556
- Telefonia Celular (Bandas B, D e E)	9.428
- Empresas Espelho	128
Empresa Estadual	1.018
TOTAL	29.811

FONTE: BNDES. Privatização no Brasil, 1990-1994; 1995-2002.

A ênfase em acesso universal e a introdução de competição foram os dois mais importantes pilares que conduziram todo o trabalho durante o processo de privatização e, mesmo depois de sua implantação, continuam importantes até hoje nas decisões tomadas pela Anatel (CARNEIRO e BORGES, 2002).

Ao final de 1999, os objetivos, tais como: prazo de 24 horas para consertos residenciais e de 8 horas para comerciais; 70% das ligações completadas até o ano de 2003; prazo de 3 dias para mudança de endereço residencial e de 24 para comercial; e necessidade de conserto menor que 2% até o ano de 2003, já haviam sido atingidos.

Para CARNEIRO E BORGES (2002), a balança comercial do setor apresentou um resultado que, comparando-se 1997 com 2000, seria impensável quando do início do programa de privatização. Isso esteve relacionado diretamente à disponibilidade de fontes de recursos do BNDES para financiamento de longo prazo. O déficit líquido baixou de US\$ 2,376 milhões para US\$ 1,645 milhão nesse período.

5.1 PARTICIPAÇÃO NO PIB, EMPREGOS E INVESTIMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES APÓS A PRIVATIZAÇÃO

A participação das telecomunicações no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro dobrou, passando de 3,2% em 1998 para 6,2% em 2007, segundo dados da TELECO.

Em geração de empregos, o setor de telecomunicações teve a quantidade de vagas duplicada em dois anos de privatização, chegando a um crescimento de 112%. Em 1998, havia 150,6 mil postos de trabalho na área. Esse número saltou para 315,8 mil, em 2000, segundo a ANATEL.

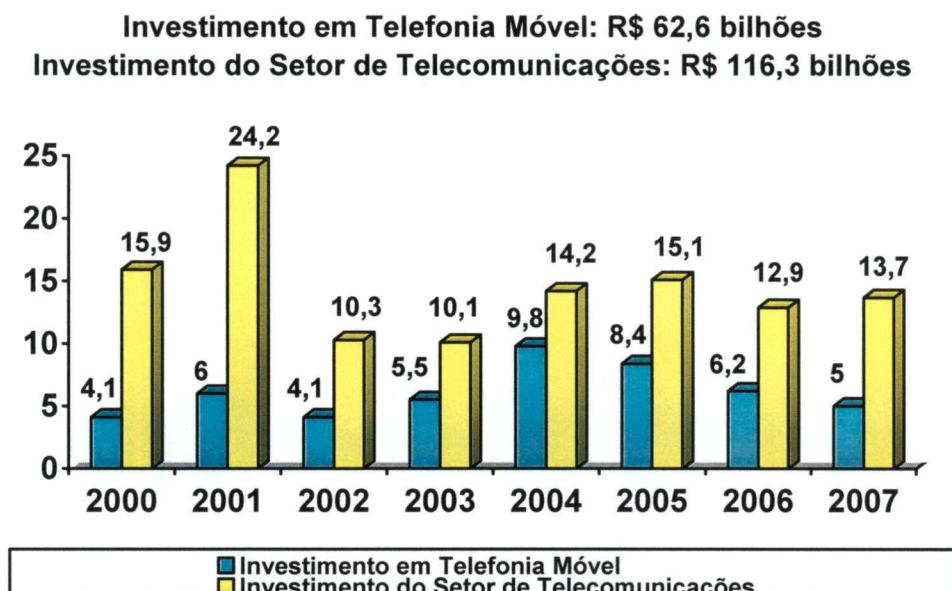
De 1998 a 2007, as empresas do setor investiram R\$ 140,9 bilhões, sem contar o pagamento de licenças e o que foi gasto na privatização. Uma média de R\$ 14 bilhões em investimentos por ano. No período de 1994 a 1997, o investimento médio anual do setor tinha sido de R\$ 5,6 bilhões. (ANATEL).

De acordo com a ANATEL, Em 1999, 33% do total de investimentos estrangeiros recebidos no país foram direcionados para as telecomunicações.

O déficit líquido diminuiu entre 1997 e 2000, e os itens mais importantes passaram a ser largamente produzidos no Brasil desde 1997, como estações rádio base, aparelhos de telefonia celular, cabos e fibras óticas, muitos dos quais exportados para outros países da América Latina. É importante destacar que isso aconteceu principalmente porque quase todas as operadoras decidiram solicitar empréstimos junto ao BNDES, tomando financiamentos na mesma moeda de suas receitas, e de modo a atingir suas metas perante a Anatel o mais rápido possível.

Os fundos do BNDES tornaram-se ainda mais importantes a partir de 2000, em função da limitação de oferta de fundos no mercado internacional (incluindo o mercado de capitais) para o Brasil, bem como em termos da obtenção de uma boa proteção contra flutuações cambiais.

GRÁFICO 3 – INVESTIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES DE 2000 A 2007



FONTE: ACEL. Dados do Mercado.

Segundo pesquisa divulgada pela Associação Brasileira de Empresas de Soluções de Telecomunicações e Informática (Abeprest), os investimentos no setor de telecomunicações em 2008 deverão ficar entre 13,5 e 14,5 bilhões de reais.

De acordo com o levantamento, 32% do total de investimento previsto para este ano, o equivalente a 4,5 bilhões de reais, será direcionado para a área de prestação de serviços (instalação, construção, expansão, manutenção e operação de redes).

Esta quantia é 11,6% superior ao investimento projetado para 2007 e o maior valor investido no segmento nos últimos anos. Segundo a pesquisa, estes investimentos serão 60% provenientes das operadoras fixas e 40% das celulares.

O estudo mostra que as operadoras fixas continuarão investindo em banda larga e novos serviços, com a Internet Protocol Television (IPTV), ou seja, tecnologia de televisão digital e outras mídias por meio de conexão banda larga, além de dar continuidade à projetos piloto visando a oferta de internet banda larga de alta capacidade em regiões de alto poder aquisitivo.

As operadoras celulares têm investimentos previstos de 1,8 bilhão de reais, impulsionados pela implantação de redes 3G (redes de telefonia móvel de terceira geração), ou seja, o acesso a internet banda larga através do telefone celular.

Para realizar a pesquisa, a Abeprest realizou 83 entrevistas com executivos das operadoras de telefonia fixa, celular, VoIP (*Voice over Internet Protocol* - telefonia via internet), TV por assinatura, fornecedores, integradores, especialistas do setor de telecomunicações e prestadores de serviço.

5.2 ALGUNS INDICADORES DE TELECOMUNICAÇÕES

Em 1997, antes da privatização, o Brasil tinha 17 milhões de linhas fixas em serviço e 4,5 milhões de telefones celulares, segundo a ANATEL. Na época, a população brasileira era de cerca de 160 milhões de habitantes. Até maio deste ano, o total de linhas fixas está em 42 milhões e a base celular subiu para 130 milhões. Enquanto isso, a população do país passou a 188 milhões.

TABELA 9 – INDICADORES DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES DE 1997 A 2007

INDICADORES	UNIDADE	1997	2007	VARIAÇÃO
EXPANSÃO DO SETOR				
Total de Telefones	Milhões	21,5	160,4	646%
Densidade total de telefones	Telefones total / 100 habitantes	13,4	84,3	529,1%
SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO				
USO INDIVIDUAL				
Acesso fixo instalado	Milhões	18,8	52,7	180,3%
Densidade telefônica instalada	Acesso instalado / 100 habitantes	11,7	27,7	136,7%
Taxa de digitalização da rede local	%	67,8	99,9	47,34%
SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO				
USO PÚBLICO				
Telefones de uso público	Mil	520,5	1.142,0	119,4%
Densidade telefones de uso público	Telefones / 1000 habitantes	3,2	6,0	87,5%
SERVIÇO MÓVEL				
Densidade telefônica	Acesso / 100 habitantes	2,8	63,6	2171,4%

FONTE: ANATEL. Números do Setor.

Atualmente (2008), mais de 40 milhões de pessoas no país têm acesso a internet, seja em casa, no trabalho ou em estabelecimentos públicos e comerciais. Em maio de 2008, a média de navegação foi de aproximadamente 24 horas. Esse tempo é superior ao de países desenvolvidos, como Estados Unidos, Japão, França

e Austrália. Os dados fazem parte de uma pesquisa divulgada em junho de 2008 pelo IBOPE//NetRatings, empresa do grupo IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), que atua com análises de audiência e monitoramento de publicidade na Internet.

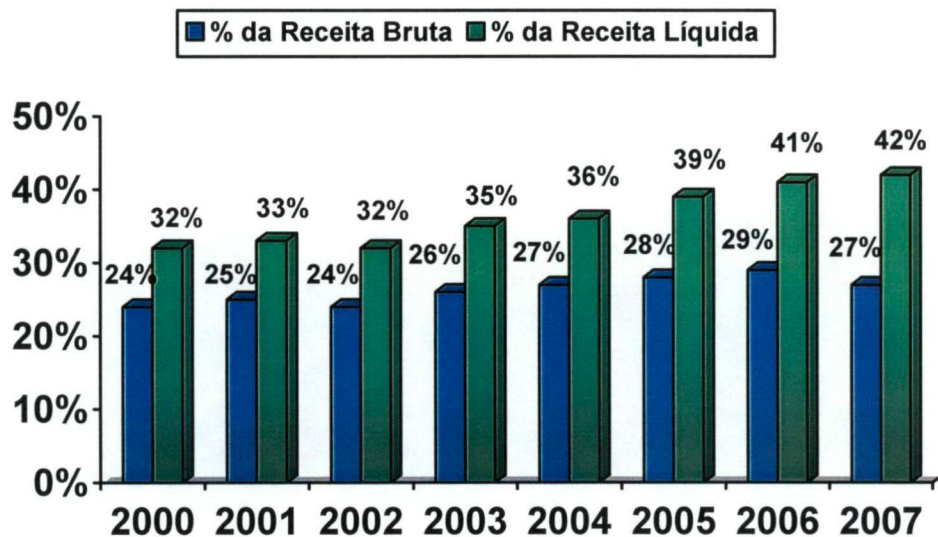
Antes da privatização só existia Internet discada, hoje existem mais de 8 milhões de acessos banda larga, segundo o IBOPE//NetRatings.

5.4 TRIBUTAÇÃO

De acordo com a Associação Nacional das Operadoras Celulares (ACEL), apenas no período de 2003 a 2006, o setor de telecomunicações gerou R\$ 118 bilhões em impostos. A rede telefônica de 1998 gerava R\$ 8 bilhões de impostos por ano. A rede atual, muito maior, gerou, em 2007, R\$ 37,3 bilhões.

GRÁFICO 4 – TRIBUTAÇÃO DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES

Tributação nas Telecomunicações - ICMS, PIS e Cofins



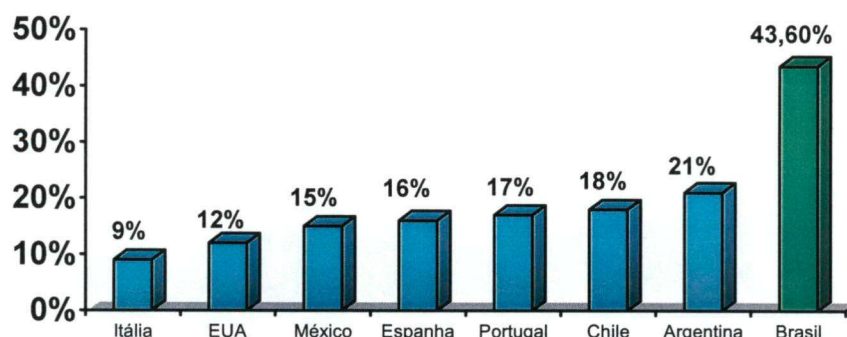
Tributos (R\$ bilhões)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	12,6	15,6	17,1	21,1	25,1	30,1	33,1	37,3

FONTE: ACEL. Dados do Mercado.

Cabe ressaltar que o Brasil pratica a mais alta taxa de tributos sobre os serviços de telecomunicações do mundo.

GRÁFICO 5 – TRIBUTAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES NO MUNDO

Telecomunicações: Carga Tributária Efetiva no Brasil e em Outros Países



FONTE: ACEL. Dados do Mercado.

TABELA 10 – TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE A RECEITA BRUTA

TRIBUTO	ALÍQUOTA
COFINS	3,0%
PIS	0,65%
ICMS	25%
FUST	1,0%
FUNTELL	0,5%
TOTAL	30,15%

FONTE: TELECO. Tributação sobre Serviços de Telecomunicações

De acordo com a tabela, 30,15% são os tributos incidentes sobre a receita bruta, que correspondem a 43,6% da receita líquida.

Estes percentuais podem variar em função da alíquota do ICMS, que pode variar de acordo com o estado.

O FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), criado pela Lei nº 9.998/2000, regulamentado pelo Decreto nº 3.624/2000, é um fundo que se destina a cobrir parcela de custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações, que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço. O FUST é objeto de duas Resoluções da ANATEL, quais sejam: Resolução nº 247 de 14/12/2000 e a Resolução nº 269 de 09/07/2001.

O FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações), criado pela Lei nº 10.052/2000, regulamentado pelo Decreto nº 3.737/2001, é um fundo que se destina a estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de forma a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.

5.3 TARIFAS

Em compensação, a privatização não reduziu os custos dos serviços de telecomunicações. De 1995 até maio de 2008, as tarifas de telefone (fixo e celular) acumulam um aumento de 785,3%, muito mais do que a inflação medida pelo IPCA no período, de 176,49%, segundo o IBGE. Se contados dez anos - janeiro de 1998 a maio de 2008 -, o reajuste acumulado na telefonia fixa, de 121,01%, ganha da inflação: 96,92%. As tarifas de telefonia celular, que começaram a ser calculadas pelo IBGE em agosto de 1999, subiram 70,53%, abaixo dos 83,39% do IPCA.

A partir de 2006, as tarifas telefônicas passaram a ser corrigidas por um índice próprio, o Índice de Serviço de Telecomunicações (IST), em substituição ao IGP-DI. Desde então, o reajuste nas tarifas de telefonia foi de 7,64%, contra uma inflação medida pelo IPCA de 9,37%. No período, o IGP-DI ficou em 14,34%.

6 CONCLUSÕES

No Brasil, as privatizações surgiram com maior intensidade em um período em que situação econômica apresentava baixo desempenho. Pretendia-se, com elas, melhorar a situação das contas públicas, principalmente no tocante à dívida pública, promover a abertura externa, e transferir ao setor privado a tarefa de investir e ampliar a capacidade produtiva destas empresas.

Pretendia-se também diminuir o tamanho do Estado, passando de Estado Produtor a Estado Regulador, bem como se esperava um aumento na performance, ou seja, no desempenho dessas empresas que estariam sobre a responsabilidade do setor privado.

O processo de privatização começou na década de 1980, no Governo Sarney, mas foi na década de 1990, principalmente no Governo Fernando Henrique (1995-2002), que este processo tornou-se expressivo, gerando um total de receitas, no período de 1990 a 2005, de U\$\$ 87,8 bilhões, mais U\$\$ 18 bilhões em dívidas transferidas, merecendo destaque a privatização do setor de telecomunicações, em 1998 e 1999, que gerou em receitas U\$\$ 29 bilhões, mais U\$\$ 2,1 bilhões em transferência de dívidas, o que representa, aproximadamente, 30% das receitas arrecadadas em todo o processo de privatizações no citado período.

As receitas foram sim utilizadas para o abatimento da dívida pública, porém não houve uma redução significativa. Fatores como o desequilíbrio fiscal, altas taxas de juros, desvalorização cambial, e os esqueletos de dívidas anteriores, contribuíram para o aumento da dívida líquida do setor público.

Quanto ao desempenho das empresas, pode-se dizer elas tiveram seu nível de eficiência aumentado após a privatização. Vários estudos sobre este tema, que fizeram essa análise com a amostra das empresas privatizadas, através dos indicadores financeiros, comparando-se o pré e o pós privatização apontaram essa melhora de performance.

Apesar das receitas arrecadadas e dos benefícios obtidos, as privatizações também foram dispendiosas, na medida em que as empresas passaram por um processo de saneamento financeiro e desburocratização, antes da privatização.

O exemplo das telecomunicações, aqui apresentado, pode ser entendido como um caso de sucesso. As receitas arrecadadas com os leilões de privatizações

foram expressivas, em torno de 30% das receitas arrecadas com as privatizações no período de 1990 a 2005, como já citado anteriormente. Houve um amplo acesso aos serviços de telecomunicações, que até a data das privatizações, tinham preço muito elevado e ficavam-se anos em filas de espera para se conseguir uma linha telefônica. Hoje existem no país 42 milhões de linhas fixas e 130 milhões de celulares. A quantidade de acessos à internet está nos níveis dos países desenvolvidos. Os investimentos realizados no setor somaram R\$ 116,3 bilhões no período de 2000 a 2007. Na medida em que houve a expansão do setor, foram criados empregos diretos e indiretos. Nos dois anos seguintes à privatização já haviam sido criados 165 mil novos postos de trabalho em telecomunicações. A tributação do setor é a mais alta do mundo. O governo arrecada em tributos, até 43,6% da receita líquida das empresas do setor.

Na medida em que, com a privatização das telecomunicações, houve amplo acesso pela população a esses serviços, os investimentos em ampliação e infraestrutura do setor vêm sendo realizados, houve criação de empregos diretos e indiretos, e existe arrecadação pelo governo através de tributos, faz-se um balanço positivo da privatização do setor de telecomunicações.

O processo de privatizações brasileiro merece destaque pela sua magnitude e pelo tamanho do país. Os objetivos pretendidos foram em grande parte alcançados, embora não com a intensidade esperada, o que se deve a outros fatores econômicos e estruturais, que direta ou indiretamente, exerceram influência sobre os resultados obtidos.

7 REFERÊNCIAS

ANDREZO, A. F.; LIMA, I. S. (2007) **Mercado Financeiro e de Capitais**. 3a ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ANUATTI-NETO, F; BARROSSI-FILHO, M.; CARVALHO, A. G. de; MACEDO, R. **Costs and Benefits of Privatization: Evidence from Brazil**. Inter-American Development Bank, 2003.

BRASIL. Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990. Cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 de abril de 1990.

CARNEIRO, M. C. F.; BORGES, L. F. X. (2002) Financiamento das Telecomunicações no Brasil: Balanço e Perspectivas. **Revista do BNDES**, v. 9, n. 17, p. 153-168.

CARVALHO, M. A. de S. **Privatização, Dívida e Déficits Públicos no Brasil**. Texto para discussão nº 847. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2001.

FILHO, B. P.; LIMA, E. C. P.; PEREIRA, F. **Privatização, Ajuste Patrimonial e Contas Públicas no Brasil**. Texto para discussão nº 668. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 1999.

FILHO, J. C. M.; OLIVEIRA, C. W. de A. **O Processo de Privatização das Empresas Brasileiras**. Texto para discussão nº 422. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 1996.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

JUNIOR, W. E.; RIBEIRO, M. P. **Análise do Desempenho Financeiro e Operacional das Empresas Recentemente Privatizadas no Brasil**. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

LIMA, E. C. P. **Privatização e Desempenho Econômico: Teoria e Evidência Empírica**. Texto para discussão nº 532. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 1997.

LINS, B. E. **Privatização das telecomunicações brasileiras: algumas lições**. Cadernos Aslegis, Brasília, v. 4, n. 10, p. 9-25, 2000.

MODIANO, E. Um Balanço da Privatização nos Anos 90. In: PINHEIRO, A. C.; FUKASAKU, K. (Orgs). **A Privatização no Brasil, O caso dos serviços de utilidade pública**. Rio de Janeiro: BNDES-OCDE, 2000.

PINHEIRO, A.C. **A Experiência Brasileira de Privatização: O Que Vem a Seguir?** Rio de Janeiro: 2000.

PINHEIRO, A. C. Privatização no Brasil: Por quê? Até onde? Até quando? In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. (Orgs). **A Economia Brasileira nos Anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

PEREIRA, L. C. B.; MARAVAL, J. M.; PRZEWORSKI, A. Reformas econômicas em democracias recentes: uma abordagem social-democrata. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 36, n. 2, p.171-207, 1993.

Presidência da Republica. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília:1995. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDI.HTM>

REZENDE, F. **Finanças Públicas**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SERVA, M. Análise de Empresas Privatizadas. **Civitas**, v. 3, nº 2, p. 349-373, 2003.

VELASCO JR., L. **A economia política das políticas públicas: As privatizações e a reforma do estado**. Rio de Janeiro: BNDES, 1997. (Texto para discussão nº 55).

ABEPREST (Associação Brasileira de Empresas de Soluções de Telecomunicações e Informática). Disponível em: <<http://www.abeprest.org.br>> Acesso em: 01 set. 2008.

ACEL (Associação Nacional das Operadoras Celulares). **Dados do Mercado**. Disponível em: <<http://www.acel.org.br>> Acesso em: 01 set. 2008.

ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) **Números do Setor**. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do#>> Acesso em: 05 set. 2008.

BACEN (Banco Central do Brasil). Disponível em: <www.bcb.gov.br> Acesso em: 29 set. 2008.

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>> Acesso em: 30 ago. 2008.

IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística). Disponível em: <<http://www.ibope.com.br>> Acesso em: 25 set. 2008.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 06 set. 2008.

Privatização no Brasil: 1990-1994 / 1995-2002. **Estudos Especiais**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/Priv_Gov.pdf> Acesso em: 29 set. 2008.

Programa Nacional de Desestatização. **Relatório de Atividades 2005**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/PND_2005.pdf> Acesso em: 30 ago. 2008.

TELECO. **Tributação sobre Serviços de Telecomunicações**. Disponível em: <<http://www.teleco.com.br/emdebate/newtoncs04.asp>> Acesso em: 04 out. 2008.